

Texto 2

QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL



Olá cursistas como vão os estudos? Espero que estejam aproveitando este espaço. No texto anterior apresentamos uma introdução as particularidades da questão agrária brasileira, agora neste segundo momento iremos refletir sobre a questão agrária como expressão da questão social a partir de um conjunto de fatores que a determinam historicamente. Então vamos lá?!

Tratar de questão social nos exige fazer uma reflexão acima das determinações que lhe dão origem, ou seja, as questões sociais de produção estabelecidas na sociedade capitalista. “A questão social foi nomeada, explicitamente, nos anos 1830, quando se tomou consciência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da revolução industrial.” (WANDERLEY, 2004, p. 56).

Desse modo, com a industrialização, a alienação do trabalho e o processo de pauperização da massa proletária constituem, no século XIX, o alicerce da questão social, quando sujeitos sociais estrategicamente situados apontam e problematizam suas demandas e necessidades, vocalizando-as publicamente. Portanto, considerasse que o trabalho está no centro da questão social, no sentido da condição primeira de sobrevivência humana.

Segundo Iamamoto, (2006), a questão social é apreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO,2006, p.27)

Nesse contexto, a classe trabalhadora, ao olhar para sua própria condição, é capaz de perceber as desigualdades sociais, criando algumas identificações de pertencimento, quando seus membros partilham problemas e dificuldades semelhantes, e conferem uma dimensão social a suas

adversidades. Portanto, a questão social, “sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.” (IAMAMOTO, 2006, p.28).

A questão social no Brasil “surge”, ou melhor, é explicitada em meados do século XIX, mas permanece por várias décadas na ilegalidade, vista como desordem, enfrentada pelos aparelhos repressivos do Estado. É reconhecida somente a partir da década de 1930, quando deixa seu status de caso de polícia para se tornar um problema social a ser enfrentado politicamente, exigindo a intervenção do poder público.

Dessa forma, aos poucos a questão social começa a ser equacionada pelo Estado, perante a “emergência do regime de trabalho livre e toda a sequência de lutas por condições melhores de vida e trabalho” (IANNI, 1991, p. 03). Apreender a questão social, particularmente no Brasil, implica entender sob quais condições históricas ela foi determinada, delineando as formas como historicamente foi enfrentada.

Nesse contexto, sob a ótica do colonialismo, a necessária expansão do mercado decorrente da Revolução Industrial favorece o início da concentração do capital no Brasil. É no período colonial, com um sistema produtivo cujo alicerce é o trabalho escravo, a produção agrícola e o latifúndio exportador, que o capitalismo se instala de forma particular no Brasil. Nota-se que a herança histórica do Brasil está profundamente atrelada à dinâmica “concentraccionista” do capitalismo, que se concretiza no campo sob um elemento fundamental: a concentração fundiária, balizada por um sistema de produção escravista.

Nesse momento, com o domínio da terra a partir da formação dos grandes latifúndios, ocorre o “**processo de territorialização**¹ da propriedade capitalista no Brasil”.

Durante a vigência do sistema de trabalho escravo, havia uma questão social, a escravidão, considerada, porém, natural naquele momento histórico, sobre a qual, segundo Ianni (1991, p. 3), “Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente”, porém, parafraseando Pereira, não era explicitada.

¹ Territorialização capitalista: é o monopólio da terra pelo capitalismo. Contemporaneamente esse processo de territorialização da propriedade capitalista, expulsa o camponês de suas terras ou os subordinam aos interesses do capital. Esse processo desterritorializa o campesinato.

É somente após a abolição da escravidão e a emergência do trabalho livre que surge a possibilidade de negociação da questão social. De acordo com Ianni (1991, p. 3), a questão social coloca-se no Brasil quando os trabalhadores assalariados começam a se organizar na luta por melhores condições de vida e trabalho. É nesse contexto, em meados da década de 1920, que a questão social deixa de ser tratada como **caso de polícia para se tornar caso de política**. Sabe-se que mesmo diante de conquistas legais, a questão social constitui um desafio para o país, pois é marcada por avanços e retrocessos ao longo da história, principalmente no Brasil, cuja raiz social é justamente a desigualdade.

Sob essas condições, a questão social é tecida por significações estruturais, tendo como cerne da realidade dos trabalhadores rurais e urbanos o desemprego ou subemprego e o pauperismo².

As relações de produção no campo, são bastante complexas, pois abrange a intensificação da concentração fundiária e, simultaneamente, a resistência dos trabalhadores na luta pela terra. Desse modo, a partir da compreensão apresentada por José Graziano da Silva, a questão agrária está ligada às transformações nas **relações de produção**: como e o que se produz, apontando como principais indicadores a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Para Bernardo Mançano Fernandes, “a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.”

É necessário também ressaltar que a questão agrária compreende as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas distintas em torno da propriedade da terra, sobretudo na realidade brasileira.

Segundo a análise de Garcia (1999) citado por Yamamoto (2006),

a questão agrária apresenta-se como uma síntese privilegiada das tensões e determinações envolvidas na produção histórica da questão social no país desse final de século, ao mesmo tempo em que condensa manifestações particulares da questão social no meio rural. (GARCIA, 1999, p.183 apud IAMAMOTO, 2006, p. 42)

² Segundo Yamamoto (2004, p.15) na primeira metade do século XIX, a busca incessante do capital pela acumulação, faz com que ocorra o crescimento do pauperismo, cita como “o segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, porém desempregados”. A industrialização imposta pelo capital irá resultar em uma pauperização do trabalhador, fazendo com que mais membros das famílias ingressem no mundo trabalho, ou seja, mulheres, crianças e adolescentes se tornam assalariados para o aumento da renda familiar.

Portanto, é decorrente da dinâmica perversa da estrutura agrária do país, concentracionista, cujo produto é a miséria, a exclusão e a pobreza, tolhendo a possibilidade de uma grande maioria se desenvolver e usufruir do seu próprio trabalho.

Nesse caso específico da situação rural, predominam as relações de dominação e subordinação sob o comando do capitalismo tardio brasileiro, estruturado em grandes latifúndios concentradores de capital, que produzem a questão social do campo, marcada pelo acesso desigual à terra.

Ainda que os trabalhadores rurais estejam historicamente submetidos, aos aspectos acumulativo, subalternizador, dominador e explorador da sociedade capitalista, que sujeita a renda da terra ao capital,

A complexidade das relações de produção na agricultura brasileira é enorme. Ela advém, de um lado, da multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho no campo, sob o comando do capital [...] de outro lado, essa complexidade decorre do imbricamento que existe entre os diferentes grupos engajados diretamente nas atividades produtivas. (SILVA: 1994, p. 70).

Ao longo da história da sociedade brasileira, problematizada pela forma como o trabalho, sob moldes capitalistas se organiza no campo, a luta pela terra se torna um dos elementos centrais para compreendermos a questão agrária no Brasil como expressão da questão social.

O processo contraditório do desenvolvimento capitalista se expande de forma absoluta, “mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios”. (SILVA, 1994, p. 28).

Com a abolição da escravatura e o início de um período de urbanização, muitas mudanças ocorreram no país, mas a passagem do poder do campo para a cidade não impediu que as forças anti-industrialistas da burguesia latifundiária mantivessem firme a estrutura agrária.

A mudança do eixo do poder em favor das forças urbanas a partir da década de 1930 produziu enormes transformações no país, mas manteve intacto o sistema de propriedade da terra. A força da elite rural manifesta-se, de forma emblemática, na conhecida política de defesa do café, que à época confundia-se com os interesses do próprio país [...] prevaleceu um pacto conservador, que preservou a grande propriedade, excluiu os trabalhadores rurais e agricultores familiares das conquistas trabalhistas concedidas aos trabalhadores urbanos e ainda assegurou as condições para a reprodução da grande propriedade [...] (BUAINAIM, 2003, p. 5)

Cabe ressaltar que esse processo de “preservação” da estrutura desigual da sociedade brasileira não é novo e nem se revela apenas no âmbito rural, pois em países desenvolvidos, mesmo sob o sistema capitalista, o desenvolvimento econômico possibilitou a ruptura com a grande propriedade rural e a expansão da agricultura familiar, o que, não ocorreu no Brasil.



Durante o período da ditadura militar, a agricultura, vista como um obstáculo ao crescimento por ser um setor atrasado, é alvo de uma estratégia, resultante da aliança de interesses da oligarquia rural e da burguesia industrial, que estimulou a modernização dos grandes latifúndios, provocando a substituição da mão-de-obra por máquinas e implementos agrícolas. É o Estatuto da Terra que prestigia os grandes proprietários, protegendo seus interesses.

O processo de modernização agrícola iniciado na década de 60 trouxe não apenas avanços tecnológicos e comerciais, mas a destruição das tradicionais relações de dependência política e econômica, onde a concentração da propriedade da terra permitia a exploração dos camponeses [...] Por outro lado, tal processo expulsou os trabalhadores rurais para as cidades e os transformou em bóias-frias, favelados, indigentes, operários sem maior qualificação profissional [...] neste período, a fome, a miséria e a exclusão social cresceram assustadoramente, enquanto aumentavam as concentrações de terra e renda. (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Nesse contexto, o meio rural torna-se palco de lutas entre atores sociais estrategicamente engajados que ampliam os conflitos em torno da posse da terra e se organizam de acordo com seus interesses de classe: de um lado, uma elite latifundiária e, de outro, a grande parcela da população dos trabalhadores rurais, secularmente expropriada pelos proprietários de terras.

Nesse cenário, os trabalhadores rurais, historicamente expropriados de suas terras e excluídos dos processos de produção, tomam consciência de sua condição de subalternidade e, organizados coletivamente em movimentos sociais, tornam visível a sua realidade através de reivindicações. “Uma parcela destes ‘excluídos’ recomeça a luta pela terra.” (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Tal qual os operários pauperizados da Revolução Industrial e os trabalhadores urbanos da metade do século XX, no Brasil, o campesinato brasileiro compreende as condições de desigualdade no campo e as problematiza assumindo, desse modo, formas de luta e resistência contra a exploração e exclusão, exigindo melhores condições de vida e trabalho, sob a urgência de uma reforma agrária realizada a partir de critérios que promovessem mudanças na estrutura política e social.



No fundo o que todos os trabalhadores rurais querem – como todos os trabalhadores em geral – são melhores condições de vida e de trabalho. Se isso é possível obter trabalhando num pedaço de chão que não seja de outro, ou recebendo altos salários, pouco importa: o fundamental é que ele obtenha com isso **os frutos do seu trabalho**. (SILVA, 1994, p. 94, grifo do autor)

O campo é palco do embate político, demarcado por interesses de classes antagônicas, no qual a questão social é explicitada e negociada, e a questão agrária ganha evidência.

A história da luta camponesa no Brasil é tecida desde o surgimento das Ligas Camponesas até o atual Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O MST é considerado, atualmente, o maior movimento popular do país com poder de pressão capaz de problematizar a realidade dos homens e mulheres do campo, promovendo ações de resistência e luta frente à intensificação da concentração fundiária.



Embora não seja objetivo deste texto discutir o movimento descrito acima, ou qualquer outro, cabe ressaltar a sua grande importância histórica e social para a luta dos trabalhadores do campo por condições dignas de trabalho e vida, face à expansão do sistema capitalista, que pratica historicamente a exploração e concentração de capital no campo.

A rigor, nunca houve uma política de reforma agrária no Brasil. No entanto, os problemas no campo só crescem. As lutas continuam árduas e diversificadas, envolvendo ocupações, acampamentos, trabalho escravo, despejos, destruição de bens, desrespeito à legislação trabalhista, questões sindicais e de política agrícola, saques, bloqueios de rodovias, garimpos. (MARTINS8, 2002, p. 40)

Dessa forma, a prática profissional do Serviço Social se desenvolve no quadro sócio-histórico atual que impõe novos desafios profissionais, quando “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social”. (IAMAMOTO, 2006, p.28).

Cabe a nós entender que a questão social no Brasil, de acordo com o momento histórico, passa por avanços e retrocessos, muito embora nunca tenha abalado a estrutura social desigual do país. As marcas estruturais geradoras dos problemas sociais no Brasil são conhecidas principalmente no mundo rural, no qual o sistema capitalista se edificou, mesmo depois de sua modernização, sob a forma dos grandes latifúndios e a dominação oligárquica-patrimonialista. Assim, **a situação rural integra a questão social, e se adensa na luta pela terra.**

Portanto, compreendemos que a organização do trabalho no campo sob o comando do capital, somando a esse contexto as implicações no âmbito social e econômico no país, defini a questão agrária como expressão da questão social brasileira, na interfase do acesso à terra e a fixação do homem e mulheres no campo, com condições de uma vida digna.

Bom cursista, avançamos mais um pouco sobre algumas questões do objeto do nosso curso. Caso você esteja com alguma dúvida ou queira dar alguma sugestão, passe lá no nosso fórum e fique à vontade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., p. 09- 32, jan/jul 2004.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 3, jan./jun. 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, J.G. **O que é questão agrária?** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos).

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo, Atual, 1997.

_____; WELCH, C. A. GONÇALVES, E. C. **Questão agrária e disputas territoriais no Brasil**. Presidente Prudente, 2011, mimeo. 43 p.

IANNI, Octavio. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

WANDERLEY, M.B.; BÓGUS, L.; YASBEK, M.C. (Org.) **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.